**QUENTIN SKINNER, LEITOR DAS FILOSOFIAS
POLÍTICAS MODERNAS**

Marcos Antônio Lopes*

No artigo “Razões da Filosofia Política”, que integra o livro de ensaios *Teoria Geral da Política*, Norberto Bobbio examinou o clima de tensão existente em alguns campos limítrofes das Ciências Humanas. Nesse texto o filósofo italiano afirmou que “As nem sempre boas relações, para não dizer a desconfiança recíproca, entre historiadores das doutrinas políticas e filósofos da política são efeito de incompreensíveis (perdoem o trocadilho) incompreensões, quando não de completos mal-entendidos” (p. 95). Há nesta ironia conteúdo para um vastíssimo campo de reflexão. E é nesse ponto que surgem diversas dúvidas. Para reconstruir o significado histórico dos textos seria preciso estudá-los por uma perspectiva a princípio histórica, empregando os métodos e práticas do historiador? Ou dever-se-ia focá-los por um prisma filosófico como obras que pretendem oferecer verdades gerais acerca da natureza da vida e da organização política com vistas a avaliar a força de seus argumentos, a revelação de suas suposições e outras coisas do gênero? Na concepção de alguns historiadores do pensamento político, a Teoria Política clássica pode ser adequadamente estudada lançando-se mão do método histórico. Mesmo especialistas de relevo no campo da Teoria Política, como Leo Strauss, que em certa medida tomaram o “partido da intemporalidade” das ideias dos grandes pensadores, reconheceram a necessidade do emprego de uma

* Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do Centro Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico/CNPq (Bolsista Produtividade em Pesquisa). Professor do Depto. de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina.

abordagem histórica dos textos políticos. Mas, mesmo quando se tenta dividir este problema em partes, para oferecer uma resposta mais ordenada e rigorosa, a tendência é a de elevar a complexidade do debate teórico. Isso porque são remotas as possibilidades de consenso sobre o que é ou o que deve ser o referido método histórico no estudo da Teoria Política e em quais operações intelectuais ele consiste. Quentin Skinner observou em *Liberdade antes do liberalismo* o grau de complexidade da questão ao afirmar que “Há tantos tipos de História quantas razões sérias para estar interessado no passado, e tantas diferentes técnicas de pesquisa histórica quantos métodos racionais de seguir esses interesses” (p. 88).

O contextualismo linguístico professado por Quentin Skinner desenvolveu-se a partir dos fins dos anos 1960. As fontes constitutivas que estabeleceram os seus marcos teóricos são bem diversas. Dentre as influências mais diretas contam-se, além do pensamento histórico de Robin George Collingwood, a filosofia da linguagem de Wittgenstein e de Austin, bem como várias outras escolas contemporâneas das Ciências Humanas. Naqueles anos 60 os artigos teóricos de Quentin Skinner despontaram como um conjunto de considerações críticas no interior de um gênero tradicionalmente conhecido nos países de língua inglesa como História da Teoria Política. Nas pegadas de Collingwood, ou seja, procurando repensar o pensamento dos autores do passado em seus próprios termos, o contextualismo linguístico foi responsável por reflexões polêmicas no plano das teorias da interpretação de textos frequentadas pelos historiadores da Filosofia. Como se sabe, a História collingwoodiana é uma forma de contextualismo radical das ideias fundada na aposta de que há uma identidade fundamental e/ou uma contiguidade natural entre o sujeito que interpreta e o objeto alvo de uma análise. Sujeito e objeto são, por assim dizer, manufaturas humanas, artefatos feitos do mesmo material. Para Collingwood, interpretar era uma empresa como introduzir-se na cabeça dos autores do passado e olhar para as suas circunstâncias singulares utilizando para isso os próprios olhos daqueles mesmos autores. A referida identidade fundamental de sujeito e objeto, expressa pelo pensamento asseguraria a realização plena do processo interpretativo. Segundo Collingwood, a interpretação das ideias passadas seria possível porque, escapando da ação corrosiva do tempo, o pensamento tornar-se-ia matéria acessível em diferentes épocas porque, para além de um sentido do texto, poderia revelar-nos uma intenção, ou seja, que “efeitos” sociais o autor pretendia produzir com o seu escrito. O contextualismo radical de Skinner deriva diretamente dessa linhagem. A dívida ou os vínculos de Skinner para com o gênero de História professado por Collingwood podem ser identificados em muitas passagens e/ou confissões de sua extensa obra, como a que segue: “Ainda me recordo de quão impressionado fiquei ao ler pela primeira vez a *Autobiografia* de R. G. Collingwood, onde ele afirma que a história de todas as ramificações da filosofia carece de um objeto

estável, na medida em que as perguntas bem como as respostas mudam continuamente”.

Nascido na Inglaterra em 1940, Quentin Skinner graduou-se em História pela Universidade de Cambridge, em 1962. Seus primeiros ensaios teóricos datam dos finais dos anos 1960 e inícios dos 70, ensaios que provocaram muitas reações contrárias, mas também manifestações favoráveis às suas perspectivas de interpretação dos textos políticos. O artigo que anunciou à comunidade historiográfica o perfil de Skinner como teórico da hermenêutica dos textos políticos foi o longo ensaio “Meaning and Understanding in the History of Ideas”, que saiu na revista *History and Theory* (1969, número 8, páginas 3-53). Em seu depoimento a Maria Lúcia Pallares-Burke, no livro de entrevistas *As muitas faces da História*, ele informa acerca das dificuldades que enfrentou para conseguir publicar esse artigo, cuja análise desencadeou muita discussão em torno das teorias de interpretação de textos da Filosofia Política e dos objetivos de uma nova História Intelectual dos fenômenos políticos. O texto “... foi escrito para chocar e irritar, o que conseguiu!”, observa. Ao longo de sua vitoriosa carreira acadêmica — foi professor de Ciência Política em Cambridge entre 1978 e 1996 e, atualmente, é *Regius Professor* de História Moderna neste mesmo centro —, o historiador inglês permaneceu fiel, no essencial, aos princípios teóricos professados há quarenta anos, o que vem demonstrando prodigamente nos anos mais recentes por meio de uma intensa atividade intelectual. Com efeito, é alarmante o volume de ensaios teóricos e os estudos empíricos de sua lavra. Sintomático do grau de relevância de suas contribuições teóricas para a História das Ideias são as suas conferências e seminários realizados em vários países. A publicação de seus livros em cerca de vinte idiomas também não deixa dúvidas sobre sua influência, sem falar na profusão dos artigos críticos que examinam seus trabalhos. Sem que se tenha de enfrentar os longos ensaios teóricos de Quentin Skinner em inglês, é possível “apanhar” o sentido mais amplo do contextualismo linguístico por ele professado nos livros que publicou no Brasil.

Maquiavel (1981) foi o primeiro título de Skinner publicado no Brasil. Nele, o traço inicial que se destaca da pena de um historiador-teórico é a defesa dos instrumentos de análise esboçados para a reconstituição da Teoria Política do escritor de Florença. Nesse livro, o interesse de Skinner é o de demonstrar o perfil republicano clássico de Maquiavel, perfil este talhado pela cultura humanista. Do quadro traçado pelo historiador inglês surge um personagem histórico que é, *grosso modo*, o herdeiro rebelde das próprias tradições que ele utiliza como o seu instrumento de leitura e interpretação da *verità effettuale*. Skinner fala em termos das “reações polêmicas” de Maquiavel, analista arguto de um sistema de crenças que endossou apenas após ter estabelecido algumas restrições bastante sérias a tais visões de mundo. Em seu *Maquiavel*, a ideia de Skinner não foge em

nada ao espírito de seus demais livros. Para reconstituir o universo maquiaveliano, para acessar as questões de maior relevo no plano de uma História Intelectual, para pensar Maquiavel nos próprios termos em que ele mesmo se pensou, é preciso tornar-se capaz de encarar os problemas que o ilustre personagem enfrentou, cujos rastros ou vestígios encontram-se bem documentados em seus escritos políticos. Mas, se os textos são importantes, não significa que sejam suficientes para uma empresa de tal vulto. Portanto, não se trata de deixar o Maquiavel histórico afogar-se nas ondas caudalosas de um mar de discurso. Então, será preciso que entre em cena o arqueólogo das ideias passadas, para garimpar certos resíduos que “escaparam das injúrias do tempo” (expressão do próprio Maquiavel), na tentativa de ter acesso ao sentido original das mensagens por ele deixadas. Isso para dizer que os textos serão lidos em contraste com a realidade efetiva do personagem histórico, o que implica “reconstruir o contexto no qual aquelas obras foram originalmente compostas”. Por contexto histórico, Skinner compreende tanto o universo da cultura clássica e renascentista (contexto intelectual), como as complexidades da vida real (contexto político). Apanhado em seu meio ambiente, o personagem passará a revelar mais de si mesmo. A empresa é, pois, de “restituição” de Maquiavel “ao mundo em que suas ideias foram formadas”. É assim que o historiador das ideias poderá alimentar a esperança de apreciar as singularidades do personagem, em vez de se contentar com os sentidos aparentes extraídos de leituras comprometidas apenas com a superfície mais lisa do texto.

No volumoso e panorâmico *As fundações do pensamento político moderno* (1978), Skinner expõe o que constitui a síntese de alguns propósitos temáticos e teóricos centrais do contextualismo linguístico diante da complexa tarefa de interpretar as concepções filosóficas do passado. Nesse sentido, seus objetivos são de três ordens: primeiramente, sua intenção é traçar uma visão abrangente do pensamento político em diversos textos de fins da Idade Média e inícios dos Tempos Modernos, oferecendo um quadro mais atualizado à luz de estudos que se acumularam desde a obra de renomados historiadores da Teoria Política, como George Sabine, Raymond Gettell, Pierre Mesnard, dentre outros. Em sentido complementar, o autor tenciona desvendar o processo que forjou o conceito de Estado moderno, pelo emprego de análises que partiram do século XII e que alcançaram o XVI, cuja ênfase recai sobre o novo aparato do poder despersonalizado da maquinaria do Estado e não mais no governante individual como a antiga base do governo. Ao longo da análise de numerosas obras de pensamento político, Skinner vai mostrando que o Estado moderno europeu, com suas novas complexidades jurídicas e administrativas, passou a ser considerado como a única fonte da lei e da força legítima em seu território. Por fim, revelando o seu vazo de teórico da interpretação de textos, Skinner deseja explicitar a sua metodologia de trabalho, a sua maneira de analisar, de um ponto de vista histórico, os textos políticos. Se esse não é o seu trabalho

mais interessante publicado no Brasil (pessoalmente prefiro *Razão e retórica*), é certo que pode ser lido como obra ilustrativa e representativa dos pressupostos teóricos do contextualismo linguístico acima apresentados. Determinados críticos perceberam nesse livro alguns dos males que o próprio Skinner tentou atacar, como certa perspectiva teleológica que começa a se revelar a partir do título da obra. O autor esquiva-se afirmando que, até certo ponto, sua perspectiva é um pouco teleológica e que, se pudesse voltar no tempo, escreveria seu livro de outra maneira.

Já em *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* (1996), Skinner se embrenha nas entranhas linguísticas do *Leviatã*. Seu propósito é o de demonstrar os vínculos ou as ideias herdadas por Hobbes do humanismo Renascentista, cultura na qual se formou na confluência dos séculos XVI e XVII. Nesse sentido, Skinner desvenda as oscilações que surgiram no itinerário intelectual de Thomas Hobbes, mormente naquilo que diz respeito à linguagem empregada pelo autor em seus três grandes livros de filosofia política: *Elementos da Lei* (1640), *De Cive* (1642) e *Leviatã* (1651). Em *Razão e retórica na filosofia de Hobbes* o autor referenda o argumento de que Hobbes realmente procurou fundar uma autêntica e inovadora “ciência civil” ao romper com a subserviência às ideias herdadas, atitude intelectual até então consagrada entre os autores do gênero. Foi assim que, no lugar das tradicionais concepções de filosofia moral que infestavam a literatura política de seu tempo, Hobbes surgiu com a sua “aritmética política”, ou seja, com uma nova ciência da política, toda ela marcada pelos valores e pressupostos da moderna ciência que emergiu das obras de Copérnico, Galileu, Descartes, etc. O ponto central dessa obra de Skinner é que ele quer demonstrar a modernidade da política hobbesiana acompanhando as circunstâncias culturais em que as pretensões do autor se constituíram. Investigando a linguagem empregada nas três obras citadas, o autor argumenta que, na última delas, Hobbes promoveu uma guinada linguística de considerável vulto ao endossar princípios que havia negado, ao menos parcialmente, nas duas anteriores. Inicialmente contestando a análise humanista ainda predominante em sua cultura intelectual, que reforçava as relações entre razão e retórica, Hobbes retornou a esses princípios, endossando-os por inteiro. Em síntese, decepcionado com a fraca recepção do *De Cive* — com toda certeza por seu baixo poder de persuasão, pois o autor tinha sólida convicção acerca da alta qualidade da matéria que entregava —, Hobbes concluiu que a ciência sozinha era fraca, em termos de poder de convencimento de seus valores, de suas razões superiores. O problema poderia ser contornado pelo emprego de uma vigorosa forma de expressão. Jatos de boa prosa tornariam a sua substância agradável àqueles paladares conservadores. Seria preciso entregar a mercadoria embrulhada em bordados e atavios que a *ars rhetorica* podia oferecer a um autor de talento. De outro modo, a atividade filosófica seria ineficaz. Mas, “enfeitada” segundo as técnicas do *ornatus*, ela se transformaria numa “manjedoura para os ignorantes” (a expressão é de Michael Oakeshott). Os efei-

tos retóricos incluídos em uma argumentação científica abririam caminho para que a ciência triunfasse. Então, seria necessário complementar a ciência, ou melhor, seria preciso enxertá-la com a arte retórica para que a razão prevalecesse. O que ocorreu nesse conjunto da obra de Hobbes, afirma Skinner, foi uma alteração espantosa: das austeridades científicas fossilizadas em *Elementos da Lei* e no *De Cive*, passou-se à eloquência persuasiva do *Leviatã*, o livro que ele acreditou ser o seu “papel forte” (expressão do padre Vieira), para uma decisiva transformação da realidade. Utilizando-se a um só tempo da arte da retórica como gládio e como escudo, Hobbes pôde lançar uma bem tramada sátira ao saber aristotélico que ainda impregnava a cultura de seu tempo. Aristóteles, sempre ele, atravancava as suas próprias contribuições para o advento de um novo mundo. Na visão de Hobbes, Aristóteles era um competente mestre do vício, um convincente professor de falsidades e, portanto, um obstáculo real a ser derrubado e removido do caminho, porque a influente e duradoura tradição escolástica havia feito dele a maior autoridade do mundo dos sábios. Com tais alvos em sua mira, Hobbes explorou os limites da linguagem disponível em sua época, servindo as suas novas verdades por meio de vigorosas metáforas, algumas delas baseadas na teoria clássica do riso que a sua já manjada impiedade pôs em funcionamento para empreender uma obra devastadora da tradição escolástica e da ortodoxia católica. Numa época em que a religião dogmática e a religiosidade fanática dominavam tudo, até mesmo a cena filosófica, era de fato mais prudente evitar-se uma negação escancarada dos valores herdados. Em síntese, o que ocorreu de mais interessante no processo linguístico descrito por Skinner é que os velhos expedientes de persuasão da *ars rhetorica* na qual Hobbes foi “formatado” quando jovem serviram como molas propulsoras da nova racionalidade científica emergente no século XVII.

Diferentemente dos três títulos anteriores, *Liberdade antes do liberalismo* (1998) é um curto livro de ensaios surgido a partir de uma conferência proferida por Skinner em Cambridge, em 1997, como aula inaugural de sua nova cátedra. A conferência foi consideravelmente ampliada e gerou três textos. No primeiro deles intitulado “A teoria neo-romana dos Estados livres” o autor analisa a antiga eficácia de tal doutrina, realçando o seu grande vigor no curso da Guerra Civil inglesa dos meados do século XVII. Eficiente nos debates daqueles tempos de sedição, em que o mundo pareceu vir abaixo, segmentos intermediários da sociedade inglesa do século XVIII também perceberam na teoria neo-romana da liberdade civil alguns princípios bastante úteis para a defesa de suas causas políticas. Assim, a teoria neo-romana (Skinner prefere a expressão, em vez de teoria republicana) foi novamente apropriada para servir como máquina de guerra contra a elite oligárquica que comandava os rumos da Inglaterra. Ainda no século XVIII, do outro lado do Atlântico, os colonos americanos que pegaram em armas contra a metrópole foram orientados pela mesma teoria. De instrumento decisivo nos embates travados ao longo do Antigo Regime, a

teoria neo-romana da liberdade civil perdeu o interesse e praticamente saiu de cena no decorrer das disputas doutrinárias e das lutas políticas ao longo do século XIX. O triunfo absoluto dos princípios liberais sepultou a teoria neo-romana das liberdades republicanas, fez dela um fóssil filosófico, e esse é o tema que predomina na análise que segue ao primeiro capítulo de *Liberdade antes do liberalismo*. Por este livro, creio que é possível aquilatar como um autor pode ser consequente com os seus próprios princípios, pois se trata de perseguir uma ideia que foi simplesmente “subtraída” de nossa cultura liberal-burguesa. E Skinner confessa a sua preferência por temas estranhos, a sua predileção por visões de mundo em relação às quais tem pouca ou nenhuma afinidade ou, no limite, que são até mesmo contrárias à sua natureza. A rigor, nenhum problema para quem se reconhece um “relativista suave”. Antes, pelo contrário. O terceiro e último capítulo, bem ao estilo skinneriano, é dedicado de modo predominante ao desenvolvimento de alguns dos pressupostos teóricos professados pelo autor.

No extrarrápido *Hobbes e a teoria clássica do riso* (livro que, segundo creio, ainda não possui edição em língua inglesa, haja vista ter sido o pequeno texto preparado com exclusividade para a edição brasileira a partir de um artigo divulgado em revista inglesa), Skinner analisa a competência literária de Thomas Hobbes, leitor versado nos clássicos antigos e grande conhecedor das línguas e culturas grega e latina. Com os Antigos, Hobbes aprendeu algumas lições bem curiosas, como os modos mais apropriados de se expressar em tom de fina ironia, para provocar sensações como as de repúdio ou de desprezo quando diante de um oponente, a quem se deseja reduzir a cinzas por meio de um “discurso engenhoso” (expressão de Antonio José Saraiva). Essas lições assassinas faziam parte de uma técnica do discurso persuasivo, legado da *ars rhetorica* romana, herança muito bem apropriada pela cultura do Renascimento, e que ainda estava viva na Inglaterra ao tempo de Hobbes. A ideia era a de que seria possível fazer o riso funcionar como um potente instrumento de luta em conversações e, por aderência, como uma eficaz ferramenta de desmonte de argumentos. Quem dominasse com maestria essa arte podia sagrar-se vencedor em todo tipo de querela que envolvesse o manejo das palavras, incluindo-se as discussões jurídicas e políticas. Assim, poder-se-ia dobrar adversários renitentes pela conquista do público que assistia uma conversação, desde que se alcançasse de forma convincente os meios necessários para cobrir de sarcasmos os interlocutores visados, fazendo-os vergarem aos olhos da assistência sob o peso do ridículo. Bastava, para tanto, flagrá-los em determinados pontos suscetíveis de provocar o riso, atizando assim a audiência contra eles. Se, num embate de ideias com nossos interlocutores nos for dado persuadir uma plateia pelo riso, nenhum triunfo será mais certo, nenhuma derrota mais retumbante. Hobbes teria percebido no riso a possibilidade de arruinar valores que barravam uma circulação mais livre de sua filosofia política, e quis servi-lo como veneno a seus adver-

sários. Utilizou para essa nova empresa os últimos capítulos do *Leviatã*. Ao que se sabe, não obteve o sucesso que esperava. No fundo no fundo, era vítima do mesmo recalque de Maquiavel que, em sua sátira *Mandrágora*, queixou-se de um cruel destino: somente a indiferença do mundo impedia-o de exibir os seus talentos. Como Maquiavel, morreu isolado e esquecido.

Bibliografia

SKINNER, Quentin. *Maquiavel*. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Tradução: Maria Lúcia Montes. *Machiavelli*. Oxford: Oxford University Press, 1981).

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. (Tradução: Renato Janine Ribeiro e Laura Teixeira Motta. *The Foundations of Modern Political Thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1978).

SKINNER, Quentin. *Razão e retórica na filosofia de Hobbes*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Tradução: Vera Ribeiro. *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996).

SKINNER, Quentin. *Liberdade antes do liberalismo*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. (Tradução: Raul Fiker. *Liberty before Liberalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998).

SKINNER, Quentin. *Hobbes e a teoria clássica do riso*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2002. (Tradução: Alessandro Zir. *Hobbes and the Classical Theory of Laughter*). Sem edição em inglês à data da edição brasileira.

Endereço do Autor:

Rua Marília, 233
Bairro Jd. Veraliz
86062-560 Londrina - PR